

Proj. Lei n° 796/10

AO EXPEDIENTE  
Em 18 MAR 2010



Presidente

ESTADO DE RONDÔNIA  
Assembléia Legislativa

23 MAR 2010

Protocolo 054/10  
Processo 053/10

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
GOVERNADORIA

Recebido. Autue-se  
e inclua em pauta.  
Em 23/03/2010  
1º Secretário



MENSAGEM Nº 38 , DE 16 DE MARÇO DE 2010.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação dessa egrégia Assembléia Legislativa, nos termos do inciso III do artigo 65, da Constituição do Estado, o anexo Projeto de Lei que "Altera redação do artigo 4º-A, da Lei nº 1558, de 26 de dezembro de 2005".

Senhores Deputados são demandas de alto significado para o desenvolvimento do Estado de Rondônia, na medida em que se contemplam setores com elevada participação na formação do Produto Interno Bruto – PIB, cujo incremento produtivo se faz necessário para a geração de emprego e renda e a conseqüente elevação da qualidade de vida da população rondoniense.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente, com a pronta aprovação do mencionado Projeto de Lei Complementar, requerendo, nos termos do artigo 41, da Constituição do Estado, seja adotado o **Regime de Urgência**, previsto no artigo 232 e seguintes, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 32, de 21 de agosto de 1990, antecipo sinceros agradecimentos, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

IVO NARCISO CASSOL  
Governador

SECRETARIA LEGISLATIVA  
RECEBIDO

17 MAR 2010

*[Assinatura]*  
Nome



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**GOVERNADORIA**

PROJETO DE LEI DE 16 DE MARÇO DE 2010.

Altera redação do artigo 4º-A, da Lei nº 1558, de 26 de dezembro de 2005.

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:**

Art. 1º O artigo 4º-A, da Lei nº 1558, de 26 de dezembro de 2005, que criou incentivo tributário a estabelecimentos industriais localizados no Estado de Rondônia, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º-A Além do benefício previsto nos incisos II e III do artigo 1º-A desta Lei, as empresas contempladas pelo incentivo tributário gozarão, cumulativamente, da redução da base de cálculo de 50% (cinquenta por cento) do ICMS, nos seguintes casos:

I – para as empresas em implantação, sobre as aquisições de energia elétrica e nas prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação em que forem tomadoras; e

II – para as empresas em ampliação ou modernização, nas prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal em que forem tomadoras.

Parágrafo único. A redução da base de cálculo prevista no *caput* deste artigo fica condicionada a que o fornecedor deduza do valor da mercadoria ou do serviço o valor do ICMS dispensado.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.